

**O PODER NO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM OS NOVOS
COMPORTAMENTOS REPRODUTIVOS DAS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEAS:
UM OLHAR A PARTIR DE FOCALUT**

VIVIANE CORDEIRO DE ALMEIDA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

CAROLINA MARIA MOTA SANTOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

O PODER NO CAMPO DAS ORGANIZAÇÕES E SUA RELAÇÃO COM OS NOVOS COMPORTAMENTOS REPRODUTIVOS DAS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEAS: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT

1 Introdução

O aumento do interesse na preservação da fertilidade feminina, informalmente denominado congelamento de óvulos (Mertes & Pennings, 2011), levou algumas empresas americanas do segmento de tecnologia adicionar ao seu rol de benefícios o patrocínio financeiro para realização do procedimento. O benefício é ofertado para as colaboradoras de médio e alto escalão que manifestem o interesse de postergar a maternidade (Minter, 2014). Embora uma gama de generosos benefícios rotineiramente são concedidos aos trabalhadores de médio e alto escalão dos setores de tecnologia, indústria e construção, com a oferta deste novo “benefício” há temores de que por detrás desta oferta estejam presentes, desigualdades ocultas de gênero e coerção. Tal prática pode sugerir equivocadamente a perpetuação da ideia de que tanto a gestação quanto o nascimento dos filhos, são fatores limitantes para as mulheres que queiram exercer seu trabalho de forma plena e eficiente (Grant, 2016) sugerindo, portanto investigações e/ou debates a cerca de tal patrocínio.

Percebe-se, que as pressões sociais, educacionais e financeiras muitas vezes levam as mulheres a postergarem a maternidade (Mason, 2013). Acredita-se que, dentre outros aspectos, esta demanda social por procrastinação da maternidade esteja ligada à crença de que atualmente seja possível neutralizar a ação do tempo sobre o potencial reprodutivo feminino. Lockwood (2011) destaca que ao congelar os ovúlos de uma mulher aos 30 anos, pressupõe "congelar a tempo" o seu potencial de fertilidade e expande a chance de uma gravidez saudável no momento da sua escolha.

Deste modo, a possibilidade de mulheres saudáveis criopreservar seus óvulos para engravidarem em um momento em que consideram mais oportuno ganhou impulso nos últimos anos (Mason, 2017). Elas tendem a fazê-lo quando estão na faixa etária dos 30 anos, contudo, do ponto de vista médico, este é o momento em que a quantidade e a qualidade dos óvulos já diminuam consideravelmente e as taxas de sucesso para finalmente estabelecer uma gravidez saudável são, portanto, limitadas (Mertes & Pennings 2011). Lockwood (2011) corrobora ao destacar que por vezes, o congelamento social de ovúlos tende a propiciar uma perspectiva de “imortalidade” reprodutiva, no entanto, esta perspectiva pode se constituir em uma ilusão perigosa.

A proposta deste trabalho defende a potencialidade da aplicação da perspectiva pós-estruturalista, particularmente aquela apresentada por Michel Foucault, à abordagem institucional. Acredita-se que a perspectiva Foucaultiana apresente vantagens e contribuirá para uma melhor compreensão das dinâmicas das relações de poder no campo das organizações e sua correlação com os novos comportamentos reprodutivos das profissionais contemporâneas. Deste modo, a discussão e análise parte do argumento de que os processos institucionais ocorrem dentro de campos discursivos e que as práticas que são institucionalizadas são práticas que funcionam, ou seja, práticas necessárias e úteis ao exercício do poder (Bobbio; Matteucci & Pasquino, 1998).

Posto isto, é necessário avaliar quais fatores tem influenciado as empresas em conceder tais benefícios. Deste modo, verifica-se que a temática necessita ser discutida de forma que concilie os fatos com as percepções, pois, por detrás deste cenário encontra-se a dinâmica das mudanças institucionais. Além disto, de acordo com a

percepção de Grant (2016), os aspectos do isomorfismo estão presentes, ou seja, em busca de visibilidade social algumas organizações acabam cedendo às pressões formais e informais, explícitas ou sutis, por meio de coerção e/ou persuasão na busca por vantagens competitivas. Deste modo, os motivos corporativos expõem o potencial de influência sob as trabalhadoras que através de processos de mudança organizacional, fazem a opção de postergarem a maternidade.

1.1 Problema de pesquisa e Objetivo

Os estudos em Administração vêm recorrendo a outras áreas do conhecimento para integrar os estudos organizacionais, que têm se mostrado cada vez mais complexos e diversificados. Os estudos acerca do institucionalismo, por exemplo, tem contribuído especialmente para o entendimento do isomorfismo, o que possibilita uma nova reflexão e uma nova leitura do ambiente organizacional (Assis, Andrade, Carvalho Neto, Tanure & Carrieri, 2010). Entretanto, Foucault propõe um tipo discussão em relação ao poder mais ampla que aquelas identificadas. Deixando de lado o que ele denomina “modelos de subordinação funcional ou isomorfismo formal”, que caracterizam a interconexão entre política e economia, essa conexão clama por uma forma diferente de abordar o problema (Foucault, 1980, p.89). Em outras palavras, uma vez que o poder seja concebido de forma ampliada, precisamos de ferramentas também mais amplas para analisá-lo. (Pereira da Silva, 2016).

Apesar das empresas apresentarem esta proposta como um discurso de valorização do potencial destas profissionais que compõe seu corpo de colaboradores, ainda assim, se faz necessário investigar se por detrás deste discurso não se encontram apenas estratégias para se obter vantagens competitivas, ou seja, para que as mulheres deem um enfoque cada vez maior na carreira e nos objetivos da empresa deixando de lado aspectos da vida pessoal. Posto isto, emerge alguns questionamentos: Ao patrocinar os tratamentos para procrastinação da maternidade, de fato as empresas estão implicadas em atender os interesses destas profissionais ou será que os interesses presentes são isomórficos, ou seja, mais adequados com os interesses das organizações? Além disto, pode se indagar: será que a práticas de concessão destes benefícios são na realidade práticas necessárias e úteis ao exercício do poder?

Para fazer esta reflexão e analisar estes questionamentos pretende se utilizar da perspectiva Foucaultiana de poder. Para Foucault o “poder é essencialmente aquilo que reprime”, nesse sentido, o poder reprime a natureza, reprime os instintos, reprime as classes e reprime os indivíduos (Foucault, 1980, p.89). O poder é, portanto, concebido como um meio de repressão (Amorim & Perez, 2010). A partir desse ponto de vista, a análise do poder deve ser desenvolvida primeiramente pela análise dos mecanismos de repressão (Pereira da Silva, 2016). Daí surge um norteador para atingir o objetivo primeiro deste ensaio, responder a indagação: *seria o fenômeno “patrocínio institucional da procrastinação da maternidade” um benefício legítimo? Ou seria tipo de (re) pressão histórica que persegue a mulher ao longo de décadas?*

O ensaio está apresentado em quatro partes sendo a primeira parte a introdução, a segunda parte se constitui de uma narrativa sucinta acerca da trajetória de vida e obras do teórico que norteou o ensaio - Michel Foucault, bem como uma breve discussão quanto a visão de poder a partir da perspectiva foucaultiana. Na terceira parte é apresentado um debate quanto ao comportamento reprodutivo das profissionais contemporâneas e a sua correlação com o universo organizacional. Por fim, na última há o encerramento com as considerações finais salientando a importância de se aprofundar

a investigação quanto as implicações desta abordagem para os estudos de relações de poder nas organizações.

2 Discussão Teórica

2.1 Michel Foucault: trajetória, vida e obras.

Nascido em Poitiers, no ano de 1926, Foucault veio de uma família de médicos, contudo, escolheu a filosofia como área de atuação e se dedicou à reflexão entre poder e conhecimento. Crítico, Foucault foi um ativista que se envolveu em campanhas contra o racismo e pela reforma do sistema penitenciário. Estudou vários problemas sociais, dentre eles, o sistema penitenciário, a instituição escolar, a psiquiatria e a psicanálise e a sexualidade. Viveu durante o contexto da Segunda Guerra Mundial, o que o fez se interessar ainda mais pelas Ciências Humanas. Ao fim da guerra, ele mudou-se para Paris, onde estudou filosofia e psicologia (Ferreira, 2018).

Michel Foucault é apontado como um dos mais influentes pensadores das últimas décadas (Ferreirinha & Raitz, 2010). O conjunto de sua obra é composto por dezenas de livros que tratam desde os temas da loucura e da sexualidade, até a questão do Estado e da “governamentabilidade”. Dentre seus principais títulos é possível destacar: Arqueologia do saber, Vigiar e punir, História da sexualidade e Microfísica do Poder.

De acordo com Muchail (2004, p.97), “a obra de Foucault pode ser cronologicamente dividida em três períodos: (a) Arqueologia do saber; (b) Genealogia do poder; (c) Genealogia da ética.” Na primeira fase, a arqueologia do saber, se discute a constituição dos saberes e do conhecimento. No segundo momento, ou seja, na genealogia do poder, se discute questões relativas ao poder e aos seus mecanismos, efeitos, relações e dispositivos que exercem em níveis diferentes da sociedade, observando assim, o saber como instrumento de poder. Por fim, o período da genealogia da ética, se discute a respeito da formação do sujeito ético (Muchail, 2004; Ferreirinha & Raitz, 2010).

O método utilizado por Foucault se diferenciava dos demais pensadores de sua época, sua análise consistia em observar as questões de forma inversa. Ao invés de analisar as consequências, como nos casos da constituição dos presídios e dos manicômios, Foucault analisa as causas, porque razão a nossa sociedade necessita de presídios e manicômios (Muchail, 2004; Ferreirinha & Raitz, 2010).

Michel Foucault faleceu em Paris no ano de 1984, vítima da AIDS e suas consequências, deixando inacabada sua obra: “História da Sexualidade” (Ferreira, 2018).

2.2 O poder na visão de Michel Foucault

As análises de Foucault acerca do poder receberam destaque em meados da década de 1970, quando conduzia no Collège de France algumas pesquisas que correlacionava as relações de poder ao domínio do saber e ao controle das atividades humanas. Foi a partir destas pesquisas que o termo biopoder, ou seja, o poder sobre a vida surgiu. Por meio destas reflexões Foucault procurou demonstrar como as relações de poder, estão presentes em todos os cenários sociais (Ribeiro & Araújo, 2016).

Para ele tais relações, são inerentes às pessoas, uma vez que o convívio social estruturalmente cria mecanismos capazes de controlar e corrigir ações e

comportamentos considerados desviantes. Anteriormente, estes controles e correções ocorriam de forma explícita e coercitiva, na contemporaneidade tais mecanismos operam de modo silencioso, perspicaz e contínuo (Ribeiro & Araújo, 2016). Deste modo, para Foucault o poder não ocorre somente como punição, mas principalmente por meio permanente de controle dos atos individuais (Ribeiro & Araújo, 2016; Barcellos, 2018). Além disto, Foucault salientava também que a constituição do poder não se encontra mais primordialmente na mão do Estado. Em sua visão, o Estado não constitui um elemento tão importante de poder como comumente se acredita (Virgínio, Delgado & Fortes, 2011).

Na realidade, Foucault percebe que surgem formas diferenciadas de exercício do poder que não se encontram exclusivamente no Estado (Foucault, 2007). As descobertas de pesquisa sintetizadas por Dagnino (2002) e Oliveira, (2004), corroboram ao salientar que há poderes periféricos que atuam concomitantemente ao Estado. Foucault defendia o argumento de que a articulação destes poderes periféricos seria “indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (Foucault, 2007, p.12). Deste modo, as análises indicam que os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, integrados ou não ao Estado (Foucault, 2007; Dagnino, 2002).

Portanto, o campo de atuação do poder é bastante amplo, sendo seu objeto expandido inclusive para a nossa vida (Virgínio, Delgado & Fortes, 2011). Sendo assim, atuação do poder na vida cotidiana não ocorre exclusivamente através da repressão ou do poder coercitivo dos ordenamentos jurídicos impostos pelo Estado, mas também por meio do adestramento de nossas próprias ações (Muchail, 2004). Este adestramento se dá com base no que se considera o padrão de normalidade para a sociedade, assim, a própria sociedade estabelece padrões repressivos para si. Ao tratar da disciplina impingida ao corpo Foucault demonstra que, por vezes, o corpo é tratado como um objeto a ser manipulado (Muchail, 2004). O bom adestramento do corpo acontece por meio da vigilância hierárquica, sanção normativa e recompensas (Virgínio, Delgado & Fortes, 2011). Expressões como: “Ei! Não faça corpo mole”, “seja educado, responda direito”, “não fale isso, não se comporte assim”, pode estar recheadas de segundas intenções. Deste modo, o processo de adestramento ocorre de forma lenta e contínua, num ritmo quase que hipnótico, ou seja, a repressão só ocorre em última instância, pois, o foco principal é modelar, treinar, e conduzir o comportamento para o ideal esperado. (Muchail, 2004; Virgínio, Delgado & Fortes, 2011).

Posto isto, ao analisar a temática deste trabalho com as relações de poder nas organizações, introduz na arena central deste debate novas alternativas para se pensar as organizações e as práticas que lhe são inerentes (Assis, et. al, 2010). Por meio da análise do poder sob a perspectiva Foucaultiana, tornará possível o surgimento de novas contribuições de análise quanto as práticas organizacionais de exercício de poder (Pereira, Oliveira & Carrieri, 2013), prioritariamente aquelas em que empregadores patrocinam a concessão de benefícios relacionados à reprodução humana (Minter,2014).

Ao discorrer sobre o estudo do poder, Michel Foucault (1995), propõe que este seja realizado sob a luz da interdisciplinaridade, pois considerava irreal a possibilidade de se construir uma teoria geral a respeito do tema. Para ele, estudar a temática poder era o mesmo que identificar a explicação oficial dos contextos, ou seja, a genealogia do próprio poder (Amorim & Perez, 2010). Seu entendimento era de que não havia como identificar a natureza, essência ou características universais do poder, compreendendo a natureza interdisciplinar do tema. Deste modo, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas [...] formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. [...] não é objeto natural, uma coisa: é prática social, constituída historicamente” (Foucault, 1995, p. X). Uma vez que ele já havia constatado a impossibilidade de

estudar o tema a partir de uma única perspectiva, seja a teoria política, a psicanalítica, ou a econômica, etc., Foucault, escolheu, então, a articulação de vários saberes para subsidiar seu estudo acerca do mesmo.

Amorim e Perez (2010), ao abordarem a questão fazem uma analogia para exemplificar o conceito com a antiga maneira de se medir a produtividade dos trabalhadores, ou seja, por meio do relógio de ponto. De acordo com as autoras, é inegável a importância do controle das horas trabalhadas para a dinâmica econômica, contudo, as autoras também destacam que não necessariamente esta seja a forma mais adequada de se apurar a produtividade dos colaboradores, ou seja, é “impossível estabelecer que o controle do tempo seja uma forma universal de exercer o poder” (Amorim & Perez, 2010 p. 233).

Portanto, pode se dizer que o exercício do poder é constituído historicamente em diferentes formas e representações. Sua prática certamente vem sofrendo modificações ao longo da história e muito provavelmente continuará sofrendo a medida que os contextos sociais forem se modificando (Bobbio; Matteucci & Pasquino, 1998). Entretanto, é possível identificá-lo e analisar como se manifesta nas instituições, nas leis, nos saberes e na relação “microfísica” entre pessoas (Foucault, 2000). De acordo com Amarante e Caldas (2013), as práticas sociais fundadoras do poder serão sempre reconstruídas mesmo que as leis e as instituições sejam dizimadas.

Nesta perspectiva, os conceitos foucaultianos sugerem que a “mecânica do controle é a permissão ou proibição para gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos, movimentos” (Amorim & Perez, 2010 p. 234). Por isso, é possível perceber as mais diferentes maneiras pelas quais as organizações enxertam a prática do controle na constituição da cultura organizacional. Os mecanismos de controle são utilizados pelas organizações e na maioria das vezes são bem vistos, por exemplo, ao determinar metas e acompanhá-las, ao distribuir recompensas ou punições, ao monitorar a organização do tempo, do movimento e do espaço de cada um de seus trabalhadores.

No cotidiano das organizações contemporâneas, as práticas de gestão de pessoas, são orientadas para diferenciar os perfis de trabalhadores, por exemplo, líderes de liderados, alto escalão de “chão de fábrica”. É disseminado e até mesmo incentivado um discurso de que o nível gerencial e de alto escalão podem ser alcançados por todos. Contudo, na percepção de Amarantes e Caldas (2013), e Amorim & Perez, (2010), tal discurso à luz da ciência política e da experiência, pode significar uma tentativa de estimular a competição entre os trabalhadores, todos lutando contra todos, pelo papel de líder, ou seja, lugar de poder. Neste contexto, a leitura de Foucault contribui para a compreensão desta dinâmica, ao tratar o poder como dominação e repressão, mas também como gerador de eficácia produtiva, riqueza estratégica e mudanças sociais (Virgínio, Delgado & Fortes, 2011). Sendo dominação, gera resistência e movimentos de contrapoder, cujo objetivo é passar de dominado a dominador (Alonso, 2009). Deste modo, percebe-se que a obra de Foucault é marcada pela influência do marxismo e da psicanálise, um enfoque no indivíduo e historicamente na sociedade (Amorim & Perez, 2010; Gonçalves, 2015).

Para Foucault (1995), a prática do poder está imbricada à própria essência humana, condenando-os a exercerem e sofrerem com sua a prática, entretanto, as suas manifestações são dadas pelas circunstâncias. Para ele o poder pode ser carregado de positividade e/ou negatividade, dependendo da maneira como é exercido. Tanto Foucault (1995), como Gramsci (1992), abordam o poder como uma ferramenta de construção, como uma espécie de insumo para se conseguir o que quer que se pretenda, porém, este sempre está associado ao controle e à disciplina. A disciplina irremediavelmente gera a autodisciplina.

Nesta perspectiva, ao patrocinar tratamentos para procrastinação da maternidade, o discurso da organização parece ser de valorização e de empoderamento destas profissionais, contudo, concomitantemente, este discurso também sugere, mesmo que de forma velada uma perpetuação de submissão e dominação marcada pela longa história de lutas femininas (McLaren, 2004). Por isso, “a expressão influenciar, usada pela quase totalidade dos autores originários da psicologia social para definir o ato de liderar, pode ser utilizada como sinônimo de controlar, no universo teórico de Foucault” (Amorim & Perez, 2010 p.238). De acordo com a percepção de Nogueira (2008), o mundo vivencia um paradoxo, ao mesmo tempo em que anuncia e promete muitas coisas extraordinárias, anuncia muita angústia e dificuldade. Ainda na percepção do autor, a sociedade contemporânea está se deslocando do lugar onde eram apenas as instituições que modelavam as condutas, estabelecia controle quanto aos comportamentos e influenciavam as decisões, para um novo lugar onde os próprios indivíduos são levados a se automodelarem.

Dentre os processos de mudanças organizacionais emergem na atualidade o fenômeno; “patrocínio institucional da procrastinação da maternidade” como um forte potencial de influência sob os comportamentos reprodutivos das profissionais contemporâneas que fazem a opção de postergarem a maternidade para cada vez mais tarde em função da manutenção de suas carreiras profissionais (Grant, 2016; Cordeiro; 2018).

2.3 O comportamento reprodutivo das profissionais contemporâneas

Nas últimas décadas o menor interesse pela maternidade e a tendência de postergá-la, é um fenômeno notório em todo o mundo (Carvalho, 2014). Nos Estados Unidos, por exemplo, entre os anos de 1996 a 2006 houve um aumento de 50% de gestações de mulheres com idade a cima de 40 anos (Caplan & Patrizio, 2010). A maternidade a partir dos 35 anos é uma tendência observável em países desenvolvidos e em desenvolvimento (Ribeiro, Ferrari, Sant’Anna, Dalmas, & Giroto, 2014; Baldwin & Culley, 2018). No Brasil se nota um número crescente de mulheres que vem adotando o mesmo comportamento em relação à maternidade, principalmente aquelas de classe média à alta e que possuem uma carreira profissional (Oliveira, 2005; Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Carvalho, 2014; Leite & Frota, 2014).

Em uma pesquisa onde 48 mulheres executivas foram ouvidas, 35% das entrevistadas não possuíam filhos, das 65% que possuíam filhos 35% tinham apenas um filho. Os dados encontrados na pesquisa revelaram que 69% das executivas tiveram o primeiro filho dentro da faixa etária de 27 a 34 anos, e que 14% delas tiveram filhos dentro da faixa etária de 37 a 42 anos (Santos, 2012). Tais dados corroboram os achados do IBGE e do Ministério da Saúde. De acordo com os institutos, houve uma evolução de 1,9 % no ano de 2000 para 2,3% no ano de 2010 do percentual de mulheres que tiveram o primeiro filho na faixa etária de 40 anos (Brasil- Ministério Da Saúde, 2014; IBGE, 2010).

Neste contexto, percebe-se que a escolha pela maternidade muitas vezes se apresenta como um grande dilema para a mulher profissional, pois, ao mesmo tempo em que oferece realização pessoal pode se apresentar também como um empecilho à manutenção e/ou o crescimento profissional (Santos, 2012; Fiorin, Oliveira & Dias, 2014). Este dilema faz parte da realidade de uma fatia expressiva de profissionais em diferentes áreas de atuação (Cordeiro, 2018). Para muitas o trabalho além de ser considerado fonte de renda é também fonte de realizações e status social, por isso, a maioria destas mulheres considera difícil a tomada de decisão que possa sacrificar a carreira em detrimento da maternidade (Greenhaus & Powell, 2012). Neste sentido,

lidar com a maternidade envolve uma constante negociação entre as demandas pessoais e as demandas de carreira (Greenhaus & Powell, 2012; Haibo, Xiaoyu, Xiaoming & Zhijin, 2018).

Assim sendo, do contexto organizacional, emergem situações que evidenciam de forma implícita ou explícita as relações de poder para manter a “normalidade” das ações dos indivíduos, ou seja, manter um comportamento previamente esperado pela organização dentro e até mesmo fora empresa. Ao ofertarem programas que custeiem parcial ou totalmente os procedimentos com a reprodução assistida (Minter, 2014), por exemplo, os empregadores mesmo que implicitamente acabam por sugerir a ideia de que as dificuldades enfrentadas pela mulher contemporânea no que diz respeito ao exercício da maternidade, como por exemplo, a possibilidade de se ausentar do mercado de trabalho com a chegada de um filho será superada, contudo, há percepções controversas (Torres, Inhorn, Vieira, Pennings, Mouzon, Guimarães & Siska, 2014).

Uma pesquisa recente com mulheres que adiaram a maternidade e posteriormente optaram por vivenciá-la através das técnicas de reprodução assistida, apontou que embora a maternidade tenha ocorrido mais tarde, os dilemas e dificuldades enfrentados por estas mulheres durante a gestação, bem como após o nascimento do filho, foram praticamente os mesmos mencionados por mulheres que optaram ter seus filhos em idade considerada adequada pela medicina. Além disto, algumas das participantes da pesquisa relataram outros pontos negativos oriundos da procrastinação, tais como, o sofrimento emocional decorrente do tratamento, a falta de energia física para dar conta do equilíbrio carreira e vida pessoal e, por isso, algumas acabaram redirecionando ou até mesmo abdicando da carreira profissional (Cordeiro, 2018).

Por isto, torna-se necessário compreender o sentimento e as percepções das profissionais que diante desses processos encontram possibilidade de procrastinarem a maternidade em função de sua carreira profissional (Salvador, Trés, Costalonga, Pelissari & Silva, 2008; Baldwin & Culley, 2018). Além disto, a relação entre a escolha pessoal da mulher pela procrastinação da maternidade e o interesse das organizações em patrociná-la necessitam ser analisadas de forma a se observar se, por parte das instituições, principalmente nas altas organizações do segmento de tecnologia, tal interesse se traduz como um mecanismo de poder e controle em relação a força de trabalho feminina (Grant, 2016).

Uma vez que, o poder e cultura organizacional estão inter-relacionados, o uso do poder pode instrumentalizar a manutenção da cultura organizacional existente. Neste sentido, o poder pode se constituir como um instrumento que modela culturas de forma a manter a harmonia e o equilíbrio no interior da organização (Salvador, et al., 2008). Ao longo da história das organizações se observou a substituição da mão de obra do trabalho repetitivo utilizada na era administração científica, pela produção de bens e serviços baseados nas novas tecnologias de informação, por consequência, surgiu a necessidade de que as organizações criassem mecanismo para lidar com as novas formas de obtenção e análise da produtividade da sua mão de obra (Amorim & Perez, 2010). Esta substituição pode ser notada claramente no comportamento da mulher contemporânea, em especial a de classe média à alta, em relação a sua atuação no mercado de trabalho. Elas são cada vez mais qualificadas e fazem parte de um quadro profissionais ultra requisitados. Por isso, as organizações tendem a se esforçar para conseguir mantê-las motivadas, e satisfeitas com o portfólio de benefícios da organização (Cordeiro, 2018).

Com o objetivo de conhecer o modo de pensar, bem como a experiência vivida pelas mulheres, Alain Touraine (2007), por meio de uma pesquisa de campo, concluiu que as mulheres contemporâneas vivem um momento de recomposição sociocultural.

Tal recomposição se dá em termos culturais em um movimento que diz respeito do deslocamento da “conjuntura feminina definida como mulher-para-o-outro para outra definida como mulher-para-ela-mesma” (Zolin, 2017, p.55). Noutras palavras, talvez se pudesse dizer de mulheres donas de sua vontade. Para Touraine (2007), a representação da mulher contemporânea é pautada na inquietude da busca por afirmação, esta dinâmica aponta para atuação de mulheres consciente da trajetória que desejam estabelecer à própria vida; percurso que certamente não é o da vitimização.

Desta maneira, é possível constatar certa semelhança do caráter das reivindicações das mulheres contemporâneas em relação às lutas dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, caracterizado pela capacidade e vontade de mudar, ao invés de manter a ordem estabelecida. Tal noção se liga também à ideia de sujeito, direitos e democracia (Zolin, 2017). Nesse sentido, a construção de si e consequente superação, da histórica opressão feminina, continuam sendo o desejo primordial das mulheres (Touraine, 2007). De acordo com Nogueira (2008), as principais mudanças nas conjunturas sociais não estão localizadas apenas na estrutura da economia, mas sim na estrutura da vida. Nesta perspectiva, o modo de vida das profissionais contemporânea, tem aspectos inusitados e surpreendentes. Por isso, há uma necessidade eminente de renovação dos parâmetros de reflexão e pesquisa quanto ao comportamento reprodutivo feminino e sua correlação com as práticas de poder exercido pelas organizações (Cordeiro, 2018).

3 Considerações Finais

A intenção neste ensaio foi apresentar uma discussão teórica de análise das relações de poder no campo das organizações sob a perspectiva Foucaultiana e sua correlação com os novos comportamentos reprodutivos das profissionais contemporâneas. Para isto, o argumento inicial foi que as empresas podem gerar à expectativa de que suas colaboradoras ao adiarem a maternidade por meio do congelamento de óvulos ampliem sua capacidade laboral e prolonguem seu tempo de dedicação exclusiva à empresa.

Com base neste contexto e nos limites da bibliografia pesquisada, foi possível observar que as obras de Foucault se relavam como uma grande contribuição para compreensão da questão na medida em que favorece o entendimento de como o exercício do poder está presente no discurso organizacional contemporâneo, principalmente no que diz respeito à prática de patrocínio da procrastinação da maternidade.

Além disto, a leitura foucaultiana trouxe outras contribuições ao destacar que o poder não é em si, positivo ou negativo. De acordo com a percepção de Foucault são os objetivos e as formas pelos quais o poder se apresenta que lhe conferem positividade ou negatividade. Por isso, ao tratarmos da temática e seus reflexos no comportamento reprodutivo da mulher contemporânea, inevitavelmente surgiu a proposta de Gramsci como um possível caminho, no qual talvez seja possível evitar que o poder seja utilizado apenas como dominação, ou seja, o caminho que enaltece os valores coletivos e a democratização do debate antes da decisão.

Nesta perspectiva, observa-se que, de certa forma, as mulheres estão sendo “empurradas” para um procedimento que além de oneroso não podem assegurar resultados garantidos no futuro. Desta maneira, se começou a descortinar a pergunta central deste trabalho, ao concluir que o patrocínio institucional da procrastinação da maternidade está ganhando status de benefício legítimo. Além disto, tanto as mulheres como a sociedade tem aceitado o congelamento de óvulos como uma ferramenta de

valorização, empoderamento e até mesmo, como uma solução tecnológica rápida para mitigar as dificuldades encontradas em equalizar a equação carreira *versus* família. Contudo, para afastar a hipótese de que por detrás desta oferta não esteja entrelaçada a contenção histórica que persegue a mulher ao longo de décadas, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada.

Percebe-se, portanto, que lidar com maternidade na contemporaneidade ainda é lidar com contradições sociais, bem como com os possíveis prejuízos que a maternidade possa trazer para a imagem profissional da mulher. Deste modo, a mulher vive o dilema: se, por um lado, se vê como uma profissional muito competente, por outro, ela teme em assumir a maternidade.

Referências

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, (76), 49-86.
- Amarante, J. M., & Caldas, L. M. (2013). O poder sob a perspectiva de Foucault: contribuições para os estudos organizacionais. *Maringá Management*, 9(1), 7-16. Recuperado em 20/12/2018 de <http://www.maringamanagement.com.br>.
- Amorim, M., & Perez, R. (2010). Poder e liderança: as contribuições de Maquiavel, Gramsci, Hayek e Foucault. *Revista de Ciências da Administração*, 12(26), 221-243. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2010v12n26p221>
- Assis, L. B., Andrade, J. O., Carvalho Neto, A., Tanure, B., & Carrieri, A. (2010). O isomorfismo entre executivos nas maiores empresas brasileiras. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(1), 95-107.
- Baldwin, K., & Culley, L. (2018). Women's experience of social egg freezing: perceptions of success, risks, and 'going it alone'. *Human Fertility*, 1-7. <https://doi.org/10.1080/14647273.2018.1522456>
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185.
- Barcellos, L. V. (2018, July). BIOPODER, GÊNERO E SEXUALIDADE: breves considerações sob a perspectiva de Michel Foucault. In: *I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos*.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). Dicionário de Política [verbetes estabilidade política]. 5º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. *BORDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In _____ . O poder simbólico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 394-401.*
- Brasil, Ministério da Saúde (BR). (2014). Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília (DF).
- Caplan, A. L., & Patrizio, P. (2010, July). Are you ever too old to have a baby? The ethical challenges of older women using infertility services. In *Seminars in reproductive medicine* (Vol. 28, No. 04, pp. 281-286). © Thieme Medical Publishers.
- Carvalho, B. R. (2014). Quando é tarde para gestar? Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24837%3Aquando-e-tarde-para-gestar&catid=46%3Aartigos&Itemid=18, acesso em 13/02/2017.
- Cordeiro, Viviane A. (2018). *Trabalho e relógio biológico: um estudo com mulheres que se submetem às técnicas de reprodução assistida*. (Dissertação de mestrado).

Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de MG. Belo Horizonte.

Dagnino, E. (Ed.). (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Editora Paz e Terra.

Ferreira, M. S. (2018). Passages between the writing and the biography in Michel Foucault and Walter Benjamin: ethical and methodological contributions. *Revista Práxis Educativa*, 13(3). <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i3.0019>

Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública-RAP*, 44(2).

Fiorin, P. C., Oliveira, C. T. D., & Dias, A. C. G. (2014). Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(1), 25-35.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4.

Foucault, M. (1980). *Power/Knowledge: selected writings, interviews & other writings - 1972-1977*. Edited by Colin Gordon. New York: Pantheon Books.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. ed. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1995). *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2000). O panoptismo. *Vigiar e punir*, 162-187.

Foucault, M. (2004). *Ética, sexualidade, política*. Forense Universitária.

Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal,

Gonçalves, R. B. (2015). O conceito de ideologia na tradição (pós) marxista e pós-estruturalista. *I Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social*.

Gramsci, A. (1992) *Obras escolhidas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

Grant, S. (2016). Employer sponsored fertility preservation: debating institutional promotion of reproductive procrastination or choice. *Journal of Research in Gender Studies*, 6(2), 120.

Greenhaus, J. H., & Powell, G. N. (2012). The family-relatedness of work decisions: A framework and agenda for theory and research. *Journal of Vocational Behavior*, 80(2), 246-255.

Haibo, Y., Xiaoyu, G., Xiaoming, Z., & Zhijin, H. (2018). Career Adaptability With or Without Career Identity: How Career Adaptability Leads to Organizational Success and Individual Career Success?. *Journal of Career Assessment*, 26(4), 717-731.

Hardy, C., & Clegg, S. R. (2001). Alguns ousam chamá-lo de poder. *Handbook de estudos organizacionais*, 2, 260-289.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). "Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2010_v37.pdf." Acesso em 13/01/2017.

Leite, R. R. Q., & Frota, A. M. M. C. (2014). O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 20(2), 151-160.

Lockwood, G. M. (2011). Social egg freezing: the prospect of reproductive 'immortality' or a dangerous delusion?. *Reproductive biomedicine online*, 23(3), 334-340. <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2011.05.010>

- Mason, M. A., & Ekman, T. (2017). *Babies of Technology: Assisted Reproduction and the Rights of the Child*. Yale University Press.
- Mason, M. A., Wolfinger, N. H., & Goulden, M. (2013). *Do babies matter?: Gender and family in the ivory tower*. Rutgers University Press.
- McLaren, M. A. (2004). Foucault and feminism: Power, resistance, freedom. *Feminism and the final Foucault*, 214-234.
- Mertes, H., & Pennings, G. (2011). Social egg freezing: for better, not for worse. *Reproductive biomedicine online*, 23(7), 824-829.
- Minter, H. (2014). By offering to freeze their employees' eggs, Apple and Facebook make it clear they don't know what women want. *The Guardian*, 15.
- Morin, E., & Le Moigne, J. L. (2000). *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis.
- Muchail, S. T. (2004). *Foucault simplesmente*. Edições Loyola.
- Nogueira, M. A. (2008). A gestão em sintonia com a vida. *Serviço social em revista*. Recuperado de: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_marco.htm, acesso em 07/11/2018.
- Oliveira, F. M. (2004). Desafios da participação popular no poder local. *Participação cidadã*, 87.
- Oliveira, J. D. C. (2005). Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo. *Rio de Janeiro: IBGE*.
- Pereira da Silva, J. (2016). Poder e Direito em Foucault: Relendo Vigiar E Punir 40 Anos Depois. *Lua Nova*, (97).
- Pereira, R. D., de Oliveira, J. L., & de Pádua Carrieri, A. (2013). O Poder, A Analítica Foucaultiana e Possíveis (Des) Caminhos: Uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares-Foucault. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional-ISSN: 1679-1827*, 10(3).
- Ribeiro, F. D., Ferrari, R. A. P., Sant'Anna, F. L., Dalmas, J. C., & Giroto, E. (2014). Extremos de idade materna e mortalidade infantil: análise entre 2000 e 2009. *Revista Paulista de Pediatria*, 32(4), 381-388.
- Ribeiro, H. C., & Araújo, C. P. (2016). O Estado e a sociedade: reflexões sobre gênero, status e poder. *Revista Vox*, (03), 38-45.
- Salvador, A., Três, E. K., Costalonga, F. B., PELISSARI, A. S., & Silva, A. R. L. (2008). A contextualização da resistência à mudança na cultura, nas relações de poder e no clima organizacional. *V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*.
- Santos, C. M. M. (2012). *As mulheres Brasileiras: do espaço privado da casa para as posições executivas nas organizações brasileiras*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de MG.
- Touraine, Alain. (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes,
- Torres, A., Inhorn, M. C., Vieira, C., Pennings, G., de Mouzon, J., Guimarães, J. M., ... & Siska, I. (2014). PMA.
- Virgínio, D. F., Delgado, A. K. C., & Fortes, L. (2011). Microfísica do poder no turismo: reflexões sobre as relações de poder no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2).

Zolin, L. O. (2017). Pós-colonialismo, feminismo e construção de identidades na ficção brasileira contemporânea escrita por mulheres. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 14(21), 51-70.